

NOTAS PARA UMA CONTRIBUIÇÃO AO DEBATE NO CAMPO AMBIENTAL SOB A PERSPECTIVA DA PRÁXIS.

Giovane Saionara Ramos

Centro Universitário Plínio Leite / Laboratório de Pesquisa em Ensino, Mídia, Saúde e Ambiente/Curso de Administração, giovane.ramos@gmail.com

Este trabalho objetiva contribuir com a ampliação das discussões ambientais atuais *pari passu* com as concepções de educação, que consideram a possibilidade de liberdade concreta e universal a todos os homens. Entendemos que a articulação entre teoria e ação prática não deva ser tratada de modo utilitarista. Consideramos uma escola que pressupõe a formação integral do ser humano, numa perspectiva ético-política, donde ele possa ser capaz, a partir, também, de sua experiência formativa, caminhar rumo à compreensão das relações sociais que permeiam o atual modo de produção capitalista. Esta consciência valida a sua capacidade criativa e decisória enquanto sujeito histórico-crítico e capaz de transformar a realidade. Nessa perspectiva dialética, destoa do senso comum. O homem atua sobre a natureza modificando-a e, conseqüentemente, é por ela modificado. Ontologicamente, consegue transformar a sua condição e a dos outros com quem convive. É a condição básica e fundamental de toda vida humana. Sob a perspectiva do materialismo histórico, quando o homem se percebe produto e produtor da realidade, efetivamente, poderá transformá-la. Assim, a Educação Ambiental não deve ocorrer dissociada do contexto sócio-histórico, sob a forma de debates ambientais despolitizados e em tom salvacionista. Os debates devem ser ampliados, não esvaziados epistemologicamente buscando o aprofundamento qualitativo e teórico, pressuposto fundamental para compreensão das mediações que permeiam os componentes pedagógicos dos processos educativos ambientais. Portanto, a indissociabilidade entre as questões sociais e ambientais é condição objetiva para a superação do senso comum e da cultura abstrata, contrários à importância da construção do conhecimento como possibilidade para a emancipação e a práxis transformadora.

Palavras-chave: educação ambiental; concepções formativas; espaço formal de ensino

Introdução

Ao considerarmos a crise ambiental na contemporaneidade ressaltamos a necessidade do fortalecimento da educação ambiental para a sustentabilidade como atividade crítica, transformadora e emancipatória com vistas a uma sociedade alicerçada no equilíbrio socioambiental. As transformações ocorridas, particularmente, a partir da Revolução Industrial apontam para uma exploração sem precedentes dos recursos naturais em desajuste com o denominado desenvolvimento sustentável, pautado no tripé sociedade, economia e meio ambiente. O meio ambiente pensado de modo ampliado, não poderia comportar então, industrialização intensa e preservação ambiental sem causar danos ao homem e no que nos interessa especificamente, à sua constituição ético-política. Logo, se a própria história nos mostra que a riqueza mundial e a pobreza foram construídas através de relações de exploração, torna-se difícil compreendermos essa melhoria na qualidade de vida das pessoas sem considerarmos custos humanos e sociais uma vez que se impõe uma forma de pensar a comunidade do ponto de vista dos seus recursos naturais e não das perspectivas humanas e culturais.

Este trabalho não se esgota e busca o permanente diálogo com os autores que de alguma forma entendem o atual modo de produção capitalista como agente das

condições promotoras da dissociação homem-natureza e conseqüente degradação ambiental.

A educação ambiental, nesse contexto, coloca-se como uma das possibilidades de (re)apropriação do sentido de existência pelo sujeito histórico, a partir da compreensão das mediações e contradições inerentes às relações sociais da produção e as conseqüências advindas da sua reprodução. Partimos de uma concepção gramsciana para educação e cultura que permita ao homem se formar e se fortalecer, segundo os avanços técnico-científicos e também, intelectualmente, preparando-o para entender o seu lugar na lógica capitalista e num embate coletivo, buscar a sua superação indo de encontro ao caráter instrumental-utilitarista presente em muitos projetos formativos.

Objetivamos, portanto, construir um diálogo a partir das contribuições do materialismo histórico-dialético que comporta a tarefa no sentido de desvendar essa realidade fragmentada e articulada com o senso comum. Assim buscaremos identificar a real possibilidade de uma sociedade sustentável sob uma concepção de educação para além do conhecimento tecnicista sobre o ambiente e em defesa da construção coletiva de uma qualidade de vida justa e responsável socialmente.

A Educação Ambiental como Possibilidade Emancipatória em Tempos Neoliberais

Ao observarmos as mudanças ocorridas face aos paradigmas produtivos, do taylorismo-fordismo ao modelo de especialização flexível, no neoliberalismo contemporâneo, visualizamos uma realidade caracterizada por uma crise ambiental que assume formas incontroláveis haja vista que o ambiente natural e social não suportou as contínuas intervenções necessárias ao processo produtivo, revelando-se então uma prática predatória.

Segundo TOZONI-REIS (2007), o Tratado da Educação Ambiental para Sociedades Sustentáveis e Responsabilidade Global (Fórum Internacional das ONGs, 1995) aponta para a ressignificação da educação ambiental:

Este documento reflete a trajetória da educação ambiental considerada um processo de aprendizagem permanente, baseado no respeito a todas as formas de vida e que afirma valores e ações que contribuam para as transformações socioambientais exigindo responsabilidade individual e coletiva, local e planetária. A educação ambiental para a sustentabilidade é compreendida, então, como fundamento da educação ambiental crítica, transformadora e emancipatória, como referência para a construção de sociedades sustentáveis, socialmente justas e ecologicamente equilibradas. [...] na perspectiva democrática, libertadora e transformadora. O tema ambiental, assim como a educação, sem neutralidade é eminentemente político: implica construir, pela

participação radical dos sujeitos envolvidos, as qualidades e capacidades necessárias à ação transformadora responsável diante do ambiente em que vivemos.(p.178)

Dessa forma antagoniza com o caráter sensibilizador e ingênuo, que perpassa a compreensão da educação ambiental, por vezes, moralista e indutor de comportamentos disciplinados, imediatistas. Conceitos caros aos teóricos materialistas como sociedade civil, participação popular, omnilateralidadeⁱ entre outros sofrem ressemantização imposta pela apropriação indevida pelo pensamento hegemônico dominante, nada afeito às práticas sociais voltadas para a liberdade concreta e universal dos homens.

Para Reigota (1995),

uma educação política, fundamentada numa filosofia política, da ciência da educação antitotalitária, pacifista e mesmo utópica, no sentido de exigir e chegar aos princípios básicos de justiça social, buscando uma “nova aliança” (Pringogine & Stengers) com a natureza através de práticas pedagógicas dialógicas (p.61)

Em Peliconi (2005), encontramos:

A educação ambiental pressupõe também a formação de profissionais competentes e comprometidos com as transformações necessárias e o conhecimento de que as raízes das questões ambientais estão nos modelos de desenvolvimento adotados até hoje e no sistema socioeconômico vigente, não se restringindo às instituições formais.

[...]

Deve se constituir em um processo permanente e contínuo, com enfoque humanístico e participativo, e desenvolver habilidades necessárias para a solução de problemas ambientais (...) deve realizar-se com a participação democrática da população. (...) não se trata, portanto, de impor modelos aos cidadãos, como em uma prática de cooptação da sociedade para que se adapte à vontade dos órgãos do Estado ou do poder econômico, mas de conclamá-los à participação consciente, no gerenciamento de questões que lhes dizem respeito, individual e coletivamente. Trata-se, conseqüentemente, de um processo educativo a ser realizado com a comunidade, e não para a comunidade, até porque na situação ensino-aprendizagem adequadamente estruturada a pessoa é sujeito e não objeto da ação educativa (pp.594-595)

e, apoiando-se em Paulo Freire (1997) continua,

o aprofundamento da tomada de consciência, que se faz por meio da conscientização, é uma operação própria do homem e resulta de sua defrontação, de forma crítica, com o mundo, com a realidade concreta.

[...]

A falsa concepção de que a educação é transferência de conhecimentos se baseia na educação tradicional que, ao pretender formar um depósito de informações nos educandos, se constitui, no fundo como um obstáculo à transformação, pois impede que os educandos desenvolvam uma postura ativa e co-participante, característica de quem conhece. (p.595)

Embora constataremos que a crise ambiental é global, é verdade também que ela atinge aos povos e nações de formas distintas. Face ao desenvolvimento desigual e combinado e, consideradas as condições objetivas, cada um desses, absorve e responde à crise de maneira peculiar.

Por entendermos essa situação como uma construção histórica, o capitalismo como processo de formação social concreta é fator decisivo para esse desmonte ambiental concomitante a uma crise ético-política típica das sociedades onde as políticas de ajuste estrutural ditadas pelo Banco Mundial dão o tom do processo civilizatório. Ao redimensionar a ação do Estado em relação à oferta de serviços públicos, possibilitando a expansão do mercado, as políticas neoliberais ditam o modelo de desenvolvimento, consumista e promotor da degradação ambiental. Ao desqualificar as funções do Estado o mercado passa a regular as relações sociais e assim, as formas de organização social. Esse processo de desqualificação atinge principalmente os projetos societários, particularmente, o sistema educacional.

Para Maria Ciavatta Franco (2003: p.57), “o conceito de educação do homem integrado às forças sociais difere da mera submissão às forças produtivas”.

Segundo Antunes (1995):

[...] Foram tão intensas as modificações que se pode mesmo afirmar que *a classe-que-vive-do-trabalho* sofreu a mais aguda crise deste século, que atingiu não só a sua *materialidade*, mas teve profundas repercussões na sua *subjetividade* e, no íntimo inter-relacionamento destes níveis, afetou a sua *forma de ser*. (grifos do autor) (p.:23)

Frigotto (2006) sintetiza

Sob o capitalismo, como mostra Mézaros (1981:17), .o homem está alienado da natureza; de si mesmo (de sua própria atividade); do seu ser genérico como membro da espécie humana); o homem está alienado do homem (dos outros homens). Assim, o trabalho, a ciência, a técnica e a tecnologia, sob o capitalismo, deixam de ter centralidade como produtores de valores de uso para os trabalhadores . resposta as necessidades vitais desses seres humanos . e se transformam em meios de produzir alienação e a ampliação do capital dos proprietários privados dos meios e instrumentos de produção. (FRIGOTTO, 2006: pp.247-248)

E é nesse contexto de precarização socioambiental que entendemos a educação ambiental como uma atividade política imprescindível para a possibilidade do resgate da participação popular fundamentada no fortalecimento no interior da sociedade civil em busca de melhores condições de vida para a humanidade.

Buscamos a fundamentação no materialismo histórico a partir da concepção de Antonio Gramsci para educação e cultura A escola de formação “desinteressada”ⁱⁱ, não utilitarista e nem imediatamente “interessada” em atender aos interesses do mercado, permitirá ao jovem que nela se inicia se formar e se fortalecer segundo os avanços

científico-tecnológicos assim como intelectualmente, preparando-o para entender o seu lugar na lógica do processo capitalista e, num movimento coletivo, buscando a sua possível superação.

Constatemos que a escola se permite e possibilita atuar tanto como espaço hegemônico quanto espaço para a construção de uma nova hegemonia, justificando a categoria da contradição presente no método dialético, que se propõe a investigar cada fenômeno da realidade social como um momento do todo, sem reducionismos, possibilitando dessa forma, a superação do senso comum. Por isso, Gramsci é contra qualquer nivelamento por baixo da formação escolar e cultural adotado pelo sistema do capital, nada afeito às condições de igualdade para quem quiser estudar. Uma visão de cultura “desinteressada” apontaria para uma formação ampla, universal e comum a todos os homens. Segundo Gramsci:

É preciso perder o hábito e deixar de conceber a cultura como saber enciclopédico, no qual o homem é visto apenas sob a forma de um recipiente a encher e entupir de dados empíricos, de fatos brutos e desconexos, que ele depois deverá classificar em seu cérebro como nas colunas de um dicionário, para poder em seguida, em cada ocasião concreta, responder aos vários estímulos do mundo exterior. Essa forma de cultura é realmente prejudicial, sobretudo para o proletariado. Serve apenas para criar marginais, pessoas que acreditam ser superiores ao resto da humanidade porque acumularam na memória um certo número de dados e de datas que vomitam em cada ocasião, criando assim quase que uma barreira entre elas e as demais pessoas.(GRAMSCI,2004)

Gramsci nos mostra os contornos possíveis para uma formação calcada na omnilateralidade, precedente para a conseqüente transformação da realidade de vida em sociedade. Entretanto, Gramsci entendia que formar pessoas sob essa perspectiva de visão ampla se constituía numa tarefa difícil e, portanto, defendia as atividades formativo-culturais para o proletariado, à sua época. Sua preocupação e interesse eram motivados pela preparação da classe dirigente que haveria de governar o futuro Estado Proletário, para que, “[...] cada “cidadão” possa se tornar “governante” e que a sociedade o coloque, ainda que “abstratamente”, nas condições gerais de poder fazê-lo”.(GRAMSCI,1989:p.137).

A importância da escola para Gramsci se apóia no fato de que esta seria um dos elementos de produção ideológica - enquanto o conjunto de conhecimentos que orienta e influencia o comportamento dos homens nas suas decisões a partir das suas concepções de mundo, e nesse caso, voltada para a transformação da realidade - dentro do seu conceito de sociedade civil, espaço para organização e convencimento. E

constitutivo da Teoria de Estado Ampliado, o equilíbrio entre a sociedade política ou “Estado-coerção” e a sociedade civil que surge a partir da organização das grandes massas, ou do sujeito coletivo (escola, igreja, partidos políticos, organizações sindicais, organizações profissionais, meios de comunicação em massa) etc. o que ele denomina de aparelhos privados de hegemonia, produtores ideológicos, responsáveis pela legitimação ou não daquele, aos quais a adesão ocorre de forma voluntária, logo, não repressiva, possibilitando, assim, a construção de uma nova hegemonia no interior da anterior consolidando o bloco histórico, a articulação dialética entre o controle e o consenso, palco para o desempenho das relações de poder e constituição das bases sociais.

Ao ampliar esse conceito associando-o à cultura, Gramsci nos apresenta as possibilidades para a elaboração do conhecimento, indissociado da consciência de classe, onde a concepção de mundo consolidada de forma unitária por todos os homens, tornar-se-á elemento de coesão para o bloco histórico e promotora de uma “reforma intelectual e moral”.

A *filosofia da práxis*, nesse sentido, se constituiria a partir da concepção do mundo do homem, “historicizando o pensamento na medida em que o assume como concepção do mundo”. (GRAMSCI,1978:p.33) quando ele dispõe de todos os elementos necessários para dar conta dos problemas impostos pelo sistema, uma vez que, entende e sente sua prática humano-histórica e tenta (re) construir, coletivamente, sua posição social, utilizando o saber teórico-prático para, mediamente, se (re)apropriar da sua condição de homem verdadeiramente livre e, assumindo, potencialmente, a condição de pertencimento de classe - a classe trabalhadora. Essa concepção de mundo é utilizada por Gramsci (1987; p.16) para a construção do conceito de ideologia: “Concepção de mundo que se manifesta implicitamente na arte, no direito, na atividade econômica, em todas as manifestações de vida individuais e coletivas”. Esclarece que as idéias, podem se transformar em senso comum ao se solidificarem. Gramsci entende o marxismo, ou a filosofia da práxis, como ideologia orgânica para a classe trabalhadora haja vista que a partir dessa concepção, essa classe social teria maiores e melhores condições para, no nível intelectual, entender o projeto político dominante, consolidar-se enquanto classe social e buscar, nessa concepção de mundo, que surge dentro dessa anterior, refletir a realidade dominante que tem o propósito de dissimular a realidade, ocultando as suas incontáveis determinações e constituir-se

como uma nova hegemonia, pressuposto para a construção de uma nova sociedade. Entretanto, é necessário interpretar o momento das ideologias, exatamente por se tratar de momento histórico.

Essa importância da formação cultural e conseqüentemente da escola para o processo formativo dos homens, a partir da atividade teórico-prática é o pressuposto para o trabalho como princípio educativo que dessa forma contribui para o desmonte do caráter ilusório da realidade já que considera as suas múltiplas determinações.

Ao colocar o trabalho como princípio educativo a partir das “primeiras noções de ciências naturais e as noções de direitos e deveres dos cidadãos” (idem, 42), Gramsci retoma a premissa de Marx sobre o trabalho enquanto criação humana, uma vez que ao modificar a natureza, aplicando potencialmente as suas habilidades e a sua vontade, o homem modifica a si mesmo e conseqüentemente as suas relações sociais.

Para Gramsci:

O conceito do equilíbrio entre ordem social e ordem natural com base no trabalho, na atividade teórico-prática do homem, cria os primeiros elementos de uma intuição do mundo liberta de toda magia ou bruxaria, e fornece o ponto de partida para o posterior desenvolvimento de uma concepção histórica, dialética, do mundo para a compreensão do movimento e do devir, para a avaliação da soma de esforços e de sacrifícios que o presente custou ao passado e que o futuro custa ao presente, para a concepção da atualidade como síntese do passado, de todas as gerações passadas, que se projeta no futuro. (GRAMSCI,2004, p.43).

O Método: por uma “Educação Ambiental para Além do Capital”

Nenhum movimento a partir da perspectiva dialética se faz entender sem o arcabouço histórico que o envolve. O método da economia política ao considerar a concretude da realidade permite que homem apreenda a sua totalidade, uma vez que considera o todo conceitualmente, articulando as suas partes e não somando-as. Assim, o homem busca a compreensão de como o real se comporta posto que está em constante movimento, aproximando-se cada vez mais da sua essência e desmascarando o caráter imediatista e utilitarista dos fatos. O homem precisa se conscientizar de que é produto e produtor da realidade e, portanto, da história.

A dialética trata da “coisa em si”. Mas a “coisa em si” não se manifesta imediatamente ao homem. Para chegar a sua compreensão, é necessário fazer não só um certo esforço, mas também um *detour*”.(KOSIK, 1976:p.9). Exatamente, para nos livrarmos do imediatismo que se impõe à nossa primeira avaliação dos fatos, é que a dialética se coloca como um desafio: o desafio de “dissecar” a realidade, e destruímos a sua faceta utilitarista e ilusória. Por avaliarmos, especulativamente, essa realidade,

somos presas fáceis do reducionismo e da naturalização dos fatos. Entretanto, ao entendimento de que a realidade é produzida pelos homens, desmistifica-se, a princípio, a sua naturalização. Porém,

Não basta ter “consciência ambiental” ou conhecimentos necessários para compreender e transformar a realidade socioambiental. Faz-se necessária a organização/mobilização dos trabalhadores, que é dificultada pela desconexão da temática ambiental dos demais problemas cotidianos, o que se deve à internalização/reprodução de uma abordagem reducionista de meio ambiente (dualismo homem-meio ambiente), que aliena e forja a “falsa consciência ambiental”, em uma sociedade fundada no “trabalho alienado”(Marx,1983) e na subsunção dos seres humanos e da natureza ao processo de acumulação capitalista.(NOVICK, 2007: p.152)

Para Luckács (1974), “o materialismo histórico, permite-nos também examinar o presente do ponto de vista da história, isto é, cientificamente” para além dos fenômenos de superfície, “ mas também as forças motrizes históricas mais profundas que na realidade fazem mover os acontecimentos”; sua missão é “desvendar a essência da ordem social capitalista”.

Para Loureiro (2007)

A natureza só seria redutível a um objeto utilitário se partíssemos de uma leitura dualista entre natureza e sociedade e de um igual entendimento dual entre trabalho e linguagem. O conceito de práxis em Marx não permite separação entre ação instrumental produtora e interação social – por isso todo trabalho é coletivo. Logo, a atividade transformadora não significa reduzir o outro a objeto,mas entender a mútua constituição eu-outro, sujeito-objeto na unidade da natureza. [...] Logo, é correto afirmar que a economia e cultura são indissociáveis em Marx,mas como interação dialética repleta de mediações, uma não se esgota na outra e nem expressa diretamente a outra [...] Para o pensamento crítico, lutar por justiça social e superação das formas de dominação de classe representa garantir a livre realização das potencialidades individuais, portanto, a construção cultural diversa e não-alienada (LOUREIRO,2007: pp.42-44)

A realidade ambiental contemporânea encontra no método dialético a possibilidade de ressignificação dos processos produtivos haja vista que não pode ser encarada de forma linear e mecânica. Está em jogo a própria natureza humana no embate entre os interesses econômicos e a marcha da história.

Esta concepção mostra que a cada estágio são dados um resultado material, uma soma de forças produtivas, uma relação com a natureza e entre os indivíduos, criados historicamente e transmitidos a cada geração por aquela que a precede, uma massa de forças produtivas, de capitais e de circunstâncias, que, por um lado, são bastantes modificados pela nova geração,mas que, por outro lado, ditam a ela suas próprias condições de existência e lhe imprime um determinado desenvolvimento, um caráter específico; por conseguinte as circunstâncias fazem os homens tanto quanto os homens fazem as circunstâncias (...)

Até agora, toda concepção histórica deixou completamente de lado essa base real da história, ou então a considerou como algo acessório, sem qualquer

vínculo com a marcha da história. É por isso que a história deve ser sempre escrita segundo uma norma situada fora dela. A produção real da vida aparece na origem da história, ao passo que aquilo que é propriamente histórico aparece como separado da vida comum, como extra e supraterrrestre. *As relações entre os homens e a natureza são, por isso, excluídas da história, o que engendra a oposição entre a natureza e a história.*(MARX e ENGELS, apud LOUREIRO, 2007, P.37)

Considerações Finais

Face à acirrada divisão do trabalho, encontramos um expressivo contingente populacional sem emprego, sob condições de miserabilidade material e moral. Desmobilizado enquanto ser coletivo, refém de movimentos sociais facilmente adaptáveis ao receituário de uma democracia representativa, pautada pela flexibilização das relações sociais da produção.

Para mais além, ainda, dos propósitos da educação alicerçada nas premissas do mercado é necessário que o historicismo, na acepção gramsciana, se consolide a partir da nossa transformação enquanto perspectiva praxica e possibilitadora da (re)construção dessa sociedade. Aquele historicismo que se constrói nas relações desenvolvidas no processo de produção onde a história se abraça ao homem na busca pela liberdade concreta.

O que está em jogo aqui não é simplesmente a *deficiência contingente* dos recursos econômicos disponíveis, a ser superada mais cedo ou mais tarde, como já foi desnecessariamente prometido, e *sim a inevitável deficiência estrutural* de um sistema que opera através dos seus *círculos viciosos de desperdício e de escassez*. É impossível romper esse círculo sem uma intervenção efetiva na educação, capaz, simultaneamente, de *estabelecer prioridades* e de definir as *reais necessidades*, mediante plena e livre deliberação dos indivíduos envolvidos. Sem que isso ocorra, a escassez pode ser – e será – reproduzida numa escala sempre crescente, em conjunto com uma geração de necessidades artificiais absolutamente devastadora, como tem ocorrido atualmente, a serviço da insanamente orientada auto-expansão do capital e de uma contraproducente acumulação. (MÉSZAROS,2005: p.74)

Se a educação e imediatamente, a educação ambiental se constitui a partir da orientação para o mercado, as perdas são da sociedade, pois a lógica neoliberal produz uma realidade fragmentada e distorcida além de produzir a desigualdade e se alimentar dela.

O abstratismo, enquanto condição básica para a reprodução das *formas chinesas*, impõe à comunidade escolar, neste sentido formada pelos professores, alunos, pais de alunos e demais profissionais da educação, o cultivo do senso comum, das formas de pensamentos que irão mantê-lo preso àquela realidade. Para Gramsci, o senso comum é o ponto de partida para a transformação da realidade, capaz de promover o homem

partir dos saberes locais. Por isso, a consciência política do formador ser pressuposto para a construção de uma nova cultura desinteressada e emancipatória.

Referências Bibliográficas

- ANTUNES, Ricardo. **Sentidos do trabalho. Ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho.** São Paulo: Boitempo Editorial,1999.
- BAKHTIN, Mikhail. **Marxismo e Filosofia de linguagem.** Tradução de Michel Lahud e Yara Frateschi Vieira. São Paulo: Hucitec, 1997.
- BATISTA, Maria do Socorro da S. Educação ambiental como política pública: uma incursão pelos caminhos da gestão.**Educação como exercício de diversidade: estudos em campos de desigualdades sócio-educacionais.** GRACINDO, Regina Vinhaes (org.) [et al]. Vol.2. Brasília: Liber Livro Ed.,2007. (ANPEd-MEC/SECAD-2007)
- FRANCO, Maria Ciavatta, FRIGOTTO, Gaudêncio. Educar o trabalhador produtivo ou o ser humano emancipado?. In: **Trabalho, Educação e Saúde**, vol. 1, n.1, pp. 45-60. Rio de Janeiro: Escola Politécnica de SaúdeJoaquim Venâncio, Fundação Oswaldo Cruz, 2003
- FRIGOTTO, Gaudêncio. Fundamentos científicos e técnicos da relação trabalho e educação no Brasil de hoje. **Fundamentos da educação escolar do Brasil contemporâneo.** Neves LMW, Lima JCF (orgs.). Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 2006.
- GRAMSCI, Antonio. **Concepção dialética da história.** Tradução Carlos Nelson Coutinho.-7.ed.- Rio de Janeiro:Civilização Brasileira,1987.
- KOSIK, Karel. **Dialética do concreto.** Tradução Célia Neves e Alderico Toríbio. 2 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976.
- LOUREIRO, Carlos Frederico B. Pensamento crítico, tradição marxista e a questão ambiental:ampliando os debates. **A questão ambiental no pensamento crítico: natureza, trabalho e educação.** Carlos Frederico B.Loureiro (org.)...[et al.] Rio de Janeiro: Quartet, 2007.
- LUCKACS, Georg G. **História e consciência de classe: estudos de dialética marxista.**Lisboa: Publicações Escorpião, 1974.
- MÉSZÁROS, István. **A Educação para além do capital.** Tradução Isa Tavares. São Paulo: Boitempo,2005.
- NOSELLA, Paulo. **Gramsci e a escola.** 3 ed. revista e atualizada. São Paulo: Cortez,2004.
- PHILIPPI Jr., Arlindo (editor). **Saneamento, saúde e ambiente: fundamentos para um desenvolvimento sustentável.** Barueri, SP: Manole,2005
- PIZETTA AJ .**O processo de formação da consciência: alguns elementos para uma revisão teórica.** Texto utilizado para fins didáticos.
- REIGOTA,Marcos. **Educação ambiental e representação social.** São Paulo: Cortez, 1995. (Coleção Questões da Nossa Época)
- TOZZONI-REIS, Marília F.C.Contribuições para uma pedagogia crítica na educação ambiental: reflexões teóricas. **A questão ambiental no pensamento crítico: natureza, trabalho e educação.** Carlos Frederico B.Loureiro (org.)...[et al.] Rio de Janeiro: Quartet, 2007.
-